

CPT e MST: formação e ocupação no oeste catarinense -Elison Antonio Paim e Gustavo Henrique de Siqueira

### **CPT e MST: formação e ocupação no oeste catarinense**

Elison Antonio Paim\*

elison0406@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Gustavo Henrique de Siqueira\*\*

gustavohst@gmail.com

Universidade Estadual de Santa Catarina

**RESUMO:** Neste artigo são abordados aspectos relativos ao início do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado de Santa Catarina: a formação dos camponeses pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), a fundação do MST e a preparação das bases, de janeiro a maio de 1985, para as ocupações realizadas em 25 de maio de 1985. É destacada a organização da ocupação da Fazenda Papuan I e da Fazenda Sandra, do município de Abelardo Luz. A metodologia consiste em revisão bibliográfica e história oral, com o objetivo de debater a experiência e a memória dos camponeses no processo da ocupação.

Palavras-chave: Memórias; Experiências; MST; Oeste catarinense; CPT.

**ABSTRACT:** This article examines aspects of the beginning of the Movement of Landless Rural Workers (MST) in the state of Santa Catarina: the formation of the peasants by the Land Pastoral Commission (CPT), the foundation of the MST, and the preparation of the bases, from January to May 1985, for the occupations held on May 25th, 1985. The article highlights the organization held for the occupation of the farms Papuan I and Sandra, both in Abelardo Luz. The methodology consists of a literature review and oral history, aiming to discuss the experience and memory of the peasants in the occupation processes.

Keywords: Memories, Experiences, MST, Western Santa Catarina, CPT.

---

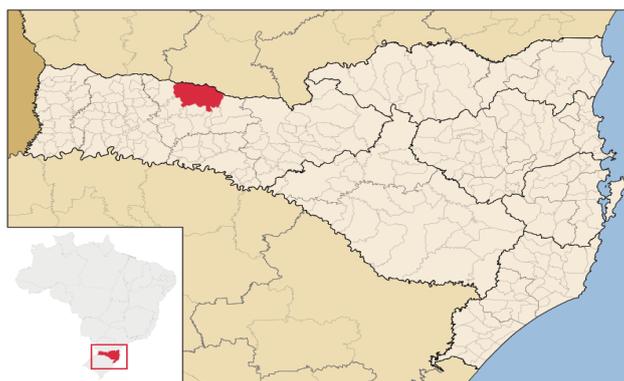
\* Doutor em Educação pela Unicamp e mestre em História pela PUC-SP. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina.

\*\* Graduado em História pela UFSC e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UDESC.



## Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) teve, no estado de Santa Catarina, um dos episódios determinantes de sua consolidação na metade da década de 1980. As chamadas Operações Integradas de Ocupações Simultâneas<sup>1</sup>, ocorridas em 25 de maio de 1985, projetaram o movimento para o Brasil no mesmo ano de sua fundação oficial, ocorrida em janeiro. Este artigo é resultado da análise de fontes consultadas (orais, periódicos e bibliográficas) sobre a organização dos camponeses pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a fundação do MST, que culminou nas referidas ocupações. Entre os sete municípios<sup>2</sup> onde terras foram ocupadas, há uma fazenda em Abelardo Luz<sup>3</sup> que é o objeto específico desta pesquisa.



Localização de Abelardo Luz no estado catarinense. (Imagem extraída de Wikipedia: <<http://goo.gl/uppBgC>> Acesso em 19 Set. 2013)

Compreendendo a questão da terra como um elemento-chave para se entender o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a problematização de um movimento *tipicamente* camponês sucede, à primeira vista, uma infinidade de opiniões e debates em diversos âmbitos, e levanta questões importantes como: sua causa histórica; sua relevância no atual contexto político e econômico; sua viabilidade; seu legado; a formação de suas bases, dentre outras. A complexidade do MST como movimento social

1 POLI, Odilon. *Leituras em Movimentos Sociais*. 2. ed. Chapecó: Argos, 2008, p. 108, 109.

2 Abelardo Luz, Ponte Serrada, São Miguel do Oeste, Romelândia, Maravilha, Descanso e Mondaí.

3 “Abelardo Luz é um município do Estado de Santa Catarina, localizado na região Oeste, a 574 km de Florianópolis. [...]. A base da economia é a agropecuária (milho, soja, gado de corte e bovinocultura de leite, etc.), embora o Comércio e o Turismo também ocupem lugar de destaque. Sua população é de 16.374 (IBGE, 2007)” (Abelardo Luz. Site Oficial: <http://zip.net/bbkYSJ> Acesso em: 19 set. 2013.



é perceptível desde sua composição interna, seu estatuto, sua bandeira de luta e no debate popular e acadêmico, do qual saem ferozes discussões – muitas vezes apaixonadas para ambos os lados – e contradições, que desnudam relações de poder e interesses.

Neste artigo, analisaremos a gênese do movimento em Santa Catarina, enfatizando o caso de Abelardo Luz, que colocou o município nas matérias de jornais do estado e do país quando nascia o movimento e se conformava a ocupação de terras como ação *oficial* do MST. A opinião da mídia – e das famílias a ela atrelada – é importante para a realização de um debate que situe os interesses e contradições presentes. É importante destacar que tal ocupação não é a primeira no estado – em 1980, ocupou-se a Fazenda Burro Branco na cidade de Campo Erê<sup>4</sup> –, mas representa um marco por ser a primeira depois de o movimento estar formalizado e dirigido essencialmente pelos camponeses (não sendo, evidentemente, exclusivo destes). De acordo com Poli (2008, p. 109),

[...] essa ocupação de 1985 foi um marco decisivo na organização do movimento, não só no oeste catarinense, mas também no estado e mesmo no país. Foi a partir deste fato que o movimento ganhou uma representação nacional e passou a construir uma infraestrutura que lhe permitiu agir com mais autonomia em relação à igreja, sindicatos e outras instituições<sup>5</sup>.

Sendo o MST um movimento com reivindicações atuais e com constantes embates na cena política e social; sendo esses sujeitos envolvidos numa série de acusações polêmicas pela mídia, de intelectuais e do senso comum, além da já citada “opinião apaixonada” (sobretudo daqueles que resguardam e zelam pela propriedade privada), acabamos envolvidos na curiosidade e na busca por conhecer a história e as experiências daqueles indivíduos. Nesse sentido, entender a gênese do movimento a partir da memória dos camponeses presentes na ocupação da noite de 25 de maio apresentou-se como um importante desafio.

Sobre o método, optamos por utilizar a história oral na relação com os citados

---

4 Campo Erê está localizado a noroeste catarinense, distante 635 km da capital Florianópolis e 123 km de Chapecó. Possui cerca de 9.370 habitantes. Suas principais atividades são a indústria, comércio e agropecuária (Campo Erê. Site oficial: <http://goo.gl/L7AwFw> Acesso em: 19 set. 2013.

<sup>5</sup> POLI, idem, p. 109.



periódicos e bibliografia a respeito do tema. O objetivo foi trabalhar com a memória dos camponeses (anseios, angústias, alegrias, expectativas ou frustrações) no contexto da ocupação, sem cair no reducionismo da história oficial contada apenas pelo Estado, apenas pela mídia ou apenas pelo Movimento.

A história oral como método para este trabalho explica-se pela proximidade com o “objeto” pesquisado. A simples análise documental e teórica, a nosso ver, não contemplaria a complexidade das relações sociais, entendendo o sujeito como detentor de subjetividades que só a ele compete. Segundo Paul Thompson (1992), essa qualidade do contato direto com a sociedade analisada é particularmente positiva, pois “[...] devolve também ao historiador a mais antiga habilidade de seu ofício”<sup>6</sup>.

Alberti (2008) destaca que “uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas”<sup>7</sup>. E continua:

Essa riqueza da História oral está evidentemente relacionada ao fato de ela permitir o conhecimento de experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais. Nesse sentido, o pesquisador tem acesso a uma multiplicidade de "histórias dentro da história", que, dependendo de seu alcance e dimensão, permitem alterar a "hierarquia de significações historiográficas" [...].<sup>8</sup> (grifo do autor)

Para os propósitos desta pesquisa, as palavras de Alberti são pertinentes, pois a história oral destaca o que há de particular nos *factos* históricos. Ou seja, cada indivíduo participante – direta ou indiretamente – tem sua interpretação do ocorrido, que pode e deve ser confrontada com a história documentada e oficial. Tratando-se de uma região pouco estudada, este viés torna-se particularmente interessante no sentido de possibilitar que os assentados exercitem sua memória do tempo em que estavam acampados e do processo que culminou no assentamento. Além disso, a memória e a experiência de camponeses “comuns” e “lideranças” (embora não se possa, exatamente, separá-los) ajudam a sistematizar não só o ocorrido no recorte temporal pretendido por este trabalho, mas também compreender o *ethos* do camponês que conquistou a terra por

6 THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História oral*. 2ª. ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1992, p. 103.

7 ALBERTI, Verena. História Oral. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo (SP): Contexto, 2008, p. 165.

8 Ibidem, p. 166.



meio de luta. O discurso do entrevistado, nesse sentido, tem especial importância.

E, finalmente, tratamos com bastante atenção a contribuição de E. P. Thompson (1981) para a escrita da história a que se propõe este trabalho. Ao examinar a teoria marxista de Althusser, Thompson atribui grande importância à experiência, o que denominou “termo ausente”. Conforme o historiador inglês, é fundamental compreender as experiências dos sujeitos que *fazem* a história, superando o pragmatismo de teorias que imobilizam a interpretação da vida de humanos que compõem determinado segmento social, pois entende-os apenas como estruturas.

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo [experiência humana] – não como sujeitos autônomos, "indivíduos livres", mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, "relativamente autônomas") e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada<sup>9</sup>. (grifo do autor)

A pesquisa tem por objetivos abordar a ocupação das fazendas Papuan I e Sandra – do referido município de Abelardo Luz –, destacando a memória dos sem-terra. Para este artigo, abordaremos os antecedentes da ocupação de 25 de maio com base nas leituras de Odilon Poli, João Paulo Strapazzon, Maria Paulilo e João Pedro Stedile, assim como pelos depoimentos dos participantes do movimento.

### **A CPT e os Trabalhos de Base**

Antes de fundado o MST, foi fundamental a participação de setores da Igreja Católica e Protestante para a formação e conscientização dos camponeses. Setores católicos, influenciados pela Teologia da Libertação<sup>10</sup>, organizaram-se em Comunidades

9 THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser; tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1981, p. 182.

<sup>10</sup> Movimento religioso que interpreta os ensinamentos de Jesus Cristo como uma luta contra as injustiças sociais. Nasceu como igreja católica, mas englobou várias religiões mais tarde.



Eclesiais de Base (CEBs)<sup>11</sup> com o intuito de conscientizar os trabalhadores do meio rural sobre as condições precárias de vida destes, utilizando, sempre, a legitimação bíblica para sustentar seu posicionamento. Na Teologia da Libertação, observa-se uma mudança de atitude da Igreja em relação às camadas pobres do campo. A preferência pelos oprimidos norteou as atividades das CEBs. De acordo com João Pedro Stedile (1999), Coordenador Nacional do MST, esse movimento da Igreja com vistas às classes populares significou uma autocrítica da Igreja por causa de seu apoio ao golpe militar de 1964<sup>12</sup>.

Do processo de construção e maturação das CEBs, e dos debates eclesiais travados no Concílio Vaticano II e nos Encontros Episcopais de Medellín e Puebla, é fundada, em 1975, na cidade de Goiânia (GO), a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Esse órgão organizou-se no oeste do estado de Santa Catarina (e em todo o Brasil) e, a partir daí, começou um processo de formação de base. Strapazzon (1997), analisando os materiais de formação utilizados pela Comissão, afirma:

No início, vê-se uma tentativa de equiparar-se a palavra de Deus e da Igreja como motivações para a luta pela terra, principalmente o momento das ocupações, já que é neste momento que a dificuldade se estabelece. A dificuldade existia em função da própria religiosidade e moralidade dos agricultores que foram criados em um ambiente social em que a propriedade privada da terra era “sagrada”. Para se modificar esta significação, utilizou-se um discurso “sagrado”, não racional, que lhes destina a terra como propriedade de Deus a qual, sendo deste, é de todos<sup>13</sup>.

Como se vê, o autor destaca a discussão *não-racional* levantada pela Igreja nos processos de formação do campesinato. Ou seja, a legitimação da luta se dá pela palavra presente na Bíblia, em que a terra não tem dono que não seja Deus. Os alvos da crítica pastoral passam a ser os donos de terras improdutivas e o Estado, sendo tal aspecto de grande importância, pois no meio camponês subsistia o respeito pela propriedade

---

<sup>11</sup> São comunidades locais coordenadas por uma igreja. Visam reunir os fiéis de classes populares para discussões e ensinamentos bíblicos e/ou sociais.

<sup>12</sup> STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo (SP): Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 19-20.

<sup>13</sup> STRAPAZZON, João Paulo Lajus. *E o verbo se fez terra: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (SC) 1980-1990*. Chapecó: Grifos, 1997, p. 41.



privada. Além disso, havia o receio dos camponeses em enfrentar os grandes fazendeiros em virtude da resistência que os latifundiários poderiam empregar por meio do seu poder coercitivo – fixados na figura do “jagunço”<sup>14</sup>, quando não da própria polícia, a mando do Estado. Vale destacar que nos cadernos de formação da CPT os sacerdotes afirmavam que Deus providiria todas as necessidades de quem lutasse pela “terra prometida”, garantidos pela união, a solidariedade e a organização<sup>15</sup>.

Nos cadernos de formação constam, ainda, aspectos relativos à situação econômica e política do país como aquilo que conformava a situação de pobreza dos camponeses. Por causa dos empréstimos bancários é que os camponeses se viam na dependência de vender seus produtos mais baratos para saldar as dívidas. Além do mais, os partidos políticos – recomenda o livro –, devem aceitar a Igreja e seus preceitos. Strapazzon explica que o discurso da CPT reuniu as diversas experiências e formas de vida (cultural, étnica, religiosa) em torno da mesma questão, unindo-os sob a mesma identidade de “sem-terra”<sup>16</sup>. Stedile, por sua vez, afirma que a vocação ecumênica das igrejas católica e protestante foi fundamental para coligar os camponeses das diferentes religiões na mesma bandeira de luta. Se isso não houvesse ocorrido, alerta o autor, a organização dos sem-terra poderia ter-se dividido, o que enfraqueceria a atuação e comprometeria o próprio surgimento do MST<sup>17</sup>.

O processo de ruptura<sup>18</sup> dos camponeses sem-terra com a formação dirigida pela CPT aconteceu a partir de janeiro de 1985, quando se realizou em Curitiba o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A articulação visava à independência dos camponeses sobre o determinismo religioso no campo político, no qual todas as forças antagônicas do processo de luta pela terra eram tidas como opressoras, impossibilitando negociações e alianças que poderiam ser importantes, principalmente após as ocupações de maio de 1985. Strapazzon destaca a contradição

---

14 O jagunço é o peão que garante áreas sob controle do latifundiário. Pode ser contratado (específico para o trabalho de guarnição) ou é o próprio arrendatário das terras que se divide entre o plantio e a defesa da área.

15 STRAPAZZON, *idem*, p. 45.

16 *Ibidem*, p. 51.

17 STEDILE, *idem*, p. 20, 21.

18 Entenda-se ruptura, aqui, como um processo de busca pela autonomia dos camponeses. Não significa que a CPT tenha se desligado dos sem-terra após a fundação do MST. Ao contrário, a separação dos camponeses em relação à Igreja e aos sindicatos foi apoiada pela Pastoral (STEDILE, 1999, p. 50)



do discurso da pastoral, pois, ao mesmo tempo em que exige do Estado uma solução para o problema da concentração da terra, nega a referida instituição como representante de seus interesses<sup>19</sup>. Além do determinismo religioso, a vigilância moral dos camponeses em seus costumes – como no que diz respeito a festas e consumo de bebidas alcoólicas, por exemplo – ajudou a cimentar a necessidade entre os sem-terra de buscar uma organização autônoma.

### **A fundação do MST**

O oeste de Santa Catarina foi habitado originalmente pela etnia indígena Kaingang. A partir de 1917, as companhias colonizadoras<sup>20</sup> foram responsáveis pela “povoação” da região com imigrantes gaúchos de descendência italiana e alemã. Estabeleceu-se a monocultura na região com base na agricultura familiar<sup>21</sup>.

A região oeste catarinense foi objeto de intensas disputas. No período colonial, foi reivindicada por Portugal e Espanha; no início da República brasileira (1890-95), foi disputada por Brasil e Argentina numa contenda que ficou conhecida como Questão de Palmas (Questão de Misiones, para os argentinos). Depois de delimitadas as fronteiras nacionais, foi palco de disputa estadual entre Santa Catarina e Paraná, na Guerra do Contestado<sup>22</sup>, que seria resolvida em 1916.

No Estado Novo (a partir de 1937), o oeste ganha importância no projeto nacionalista de Getúlio Vargas. A Marcha para o Oeste visava levar o Estado para regiões até então desconhecidas do governo. Esse projeto intensificou-se com o início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando Vargas desprende especial interesse nas regiões de fronteira. Para tanto, o governo cria, por intermédio do Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, o Território Federal do Iguaçu. Esse Território – que abrangia o oeste paranaense além do oeste catarinense – pretendia afirmar a presença do

19 STRAPAZZON, idem, p. 62, 63.

20 Estratégia da Primeira República para colonização das terras tidas como “inóspitas” e “despovoadas” do oeste catarinense. Caboclos e indígenas não foram considerados na categoria “povo” e tiveram suas terras subtraídas.

21 PAIM, Elison Antonio. Memória e História na Constituição do Oeste Catarinense. In: *Revista Saeculum*. v. 14. João Pessoa: UFPB, 2006, p.121-138.

22 Mais sobre a Guerra do Contestado, ver: MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2004.



CPT e MST: formação e ocupação no oeste catarinense -Elison Antonio Paim e Gustavo Henrique de Siqueira

Estado com a construção de escolas e hospitais na região. Como dito, essa foi a estratégia do projeto nacionalista, uma vez que a fronteira com Argentina e Paraguai, na região de exploração da erva-mate, fazia com que o trânsito de estrangeiros pela região fosse intenso, acarretando o uso da língua castelhana e de moeda estrangeira em solo brasileiro<sup>23</sup>. Com o fim da Guerra, o Território extinguiu-se em 1946, e os estados de Santa Catarina e Paraná tiveram seus territórios restabelecidos.



BRASIL - Divisão Político-Administrativa em 1943

Divisão Político-administrativa do Brasil, 1943 (Imagem extraída de Wikipedia: <http://goo.gl/Ofeody> Acesso em 23 Set. 2013)

Na década de 1960, a mecanização do campo provocou um excedente de mão de obra e, por consequência, o êxodo rural. Muitos trabalhadores migraram para a cidade em busca de trabalho, inclusive em outras regiões do país (como Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia)<sup>24</sup>.

A situação do campo no oeste catarinense agravou-se com o fechamento da fronteira agrícola, na década de 1970. Aventurar-se como posseiro já não era uma alternativa viável para os camponeses. De acordo com Paulilo (1996),

<sup>23</sup> LOPES, Sérgio. Raízes do Movimento Pró-Criação do “Estado do Iguazu”. III Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2004. Disponível em: <http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IIISeminario/artigos/Artigo%2020.pdf>. Acesso em: 23 set. 2013.

<sup>24</sup> PAIM, Elison Antonio. Memória e História na Constituição do Oeste Catarinense. In: *Revista Saeculum*. v. 14. João Pessoa: UFPB, 2006.



[...] a inquietação dos agricultores tem poucos canais de expansão. A estratégia tradicional de locomoção não pode mais ser posta em prática dado o fechamento da fronteira agrícola. Trabalhar na cidade, se foi uma alternativa na época do “milagre econômico” brasileiro, início da década de 70, não continuou sendo nos períodos de recessão que se seguiram. Reivindicar terra é perigoso e as perspectivas de êxito são pequenas. Tentar ser um “produtor tecnificado” é inviável. A situação é de impasse<sup>25</sup>.

Paulilo adverte, ainda, sobre o número de indigentes nesse contexto. Baseando-se em dados do IPEA, a autora afirma que em 1990 o oeste catarinense apresentava “664.375 indigentes [...], dos quais 433.831 estavam nos campos. Isso significa que 15% da população total e 24% da rural estavam nesta condição”<sup>26</sup>. Os impasses na referida região são agravados com a Peste Suína Africana<sup>27</sup>, responsável pela queda das exportações e dos preços para pequenos produtores, agora sob concorrência da indústria tecnificada. Esse episódio faliu diversos camponeses dependentes da produção de suínos. Criavam-se as bases para a organização camponesa.

Antes do Congresso Nacional que culminou na fundação do MST, realizaram-se, em diversas cidades do país, encontros regionais ou estaduais preparatórios. Um ano antes, em janeiro de 1984, as bases da fundação do MST foram dadas no Encontro Nacional dos Sem Terra, realizado em Cascavel-PR. Em Santa Catarina, em dezembro de 1984, aconteceu no município de Chapecó o I Congresso dos Sem Terra do estado<sup>28</sup>.

A partir do debate realizado regionalmente, definiram-se as principais diretrizes para o já referido I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Paraná. O Congresso realizou-se no momento em que a Nova República (1985) anunciava o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), cuja primeira versão havia sido elaborada com participação dos sem-terra, mas que sofre, posteriormente, sérios retrocessos em favor dos ruralistas.

Do Congresso de 1985, originaram-se a bandeira, o hino do movimento e o lema: “Ocupar é a única solução”. É importante destacar aqui que o lema anterior dos encontros de sem-terra havia sido “Terra para quem nela trabalha”, mensagem que ia de

---

25 PAULILO, M. I. S. *Terra à vista... e ao longe*. Florianópolis: Ed. da UFSC: 1996, p. 128.

26 Ibidem, p. 117.

27 Mais sobre a suposta peste pode ser vista em: POLI, Odilon. *Leituras em Movimentos Sociais*. 2. ed. Chapecó: Argos, 2008, p. 69.

28 POLI, idem, p.108.



encontro aos preceitos religiosos preconizados então pela CPT. A alteração do teor contido no lema demonstra a convergência para um método objetivo de luta pela terra, e não mais um preceito moral<sup>29</sup>. Conforme Paulilo, a ocupação de terras foi a última alternativa dos trabalhadores rurais. A autora cita outras formas de aquisição de terras possíveis naquele momento, como a associação em cooperativas e sindicatos ou pela compra. Nenhuma delas, em linhas gerais, proporcionou o acesso dos agricultores à terra, pois a possível falta de organização/articulação de sindicalizados para uma atitude efetiva de aquisição de terras para os pequenos produtores (no caso das associações) e o alto endividamento que contraíam aqueles que enfrentavam sozinhos um financiamento, causavam grande índice de desistência<sup>30</sup>. Em relação ao Congresso, ainda, discutiram-se questões sobre o método de organização que seria empregado para a efetivação da nova estratégia de ocupações definidas pelo Movimento, sem prescindir do apoio da CPT no processo citado.

### **O processo de formação dos camponeses e a ocupação de Abelardo Luz**

De volta do Congresso Nacional, as lideranças regionais do MST começam a articular as formações de base com os camponeses. Essa preparação para a ocupação demonstrou-se fundamental e igualmente um reflexo do aprendizado das ocupações anteriores da Fazenda Burro Branco (Campo Erê-SC) e Encruzilhada Natalino (Ronda Alta-RS). O processo começou por onde já havia bases de apoio da CPT, de sindicatos ou da paróquia. Irma Brunetto<sup>31</sup>, liderança do MST, fala da articulação realizada no oeste catarinense:

Então nós voltamos [do Congresso Nacional] já com o intuito de começar a organizar os sem-terra porque até então nós tava mais na articulação, de organizar o Movimento, mas agora nós tinha que começar a organizar uma ação. Então a gente começou a trabalhar em vários municípios, então desde Palmitos, da pra se dizer, toda essa

29 STRAPAZZON, João Paulo Lajus. *E o verbo se fez terra: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (SC) 1980-1990*. Chapecó: Grifos, 1997, p. 55.

30 PAULILO, idem, p. 134-140.

<sup>31</sup> O emprego do nome desta liderança e das demais no texto foi justificado por elas na gravação das entrevistas.



região aqui de Águas de Chapecó, de Caxambu, enfim né... e aí Chapecó, Coronel Freitas, Quilombo, Campo Erê, Xanxerê, Xaxim, Faxinal, Ipumirim. Então nós pegava toda essa grande região. E a gente foi, então, formando, tendo... buscando contato com as famílias sem-terra e formando as Comissões municipais, enfim né, então toda a articulação.<sup>32</sup>

No depoimento de Irma Brunetto fica evidente que o MST não poupa esforços para efetivar a ocupação como método de ação e pressão pela reforma agrária. Nos encontros, destacava-se a conscientização política<sup>33</sup> dos sem-terra e a “[...] compreensão da situação vivida pelos camponeses: o porquê da falta de terra, o processo de concentração de terra no país, bem como a importância da organização e da luta para a superação de tal situação”<sup>34</sup>.

Formadas as bases, nos encontros definiu-se que a ocupação seria em 25 de maio de 1985. A escolha se deu por causa da romaria de Nossa Senhora do Caravágio, realizada em Guaraciaba-SC, onde os sem-terra poderiam se disfarçar de romeiros. Sobre a definição das áreas a serem ocupadas, Brunetto afirma:

Então aí nós definimos que nessa noite... fomos indo, vendo as condições, quando fomos vendo o número de famílias que nós já tinha organizado e enfim, então a gente foi... Teve uma comissão que foi ver a área, foi fazer a vistoria de áreas, era famoso aquilo. Abelardo Luz era famoso pelo número de latifúndios que tinha. É um município... Uma extensão enorme e a maioria latifúndio. E aí seria “o”, né... Tava dado que seria ali. Então teve uma comissão que foi uma semana antes ver bem o local, aonde seria... Montaria o acampamento. E aí se estabeleceu então a data que seria o 25 de maio. E aí claro [...] foi trabalhado várias... Os próprios caminhos, o horário de chegada... Porque tudo isso é muito sigiloso pra nós, porque senão, se o inimigo sabe, né... E aí todos os caminhões que tinha os sem-terra tinha um sinal, por exemplo. Então foram várias as formas que a gente buscou (Brunetto, 2013).

A organização, portanto, não ficou restrita à formação das bases. Vale lembrar uma vez mais que a experiência das ocupações de Ronda Alta e Campo Erê foi

32 BRUNETTO, I. Irma Brunetto: depoimento [31 julho 2013]. Entrevistador: Gustavo Henrique de Siqueira. Chapecó, 2013.

33 Strapazzon destaca que os cadernos de formação, tanto da CPT quanto do MST, tem orientação marxista-leninista (Ver: STRAPAZZON, João Paulo Lajus. *E o verbo se fez terra: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (SC) 1980-1990*. Chapecó: Grifos, 1997, p. 68).

34 POLI, Odilon. *Leituras em Movimentos Sociais*. 2. ed. Chapecó: Argos, 2008, p. 107.



fundamental para que os sem-terra não repetissem erros, além do mais, agora se tratava de uma extensão de terras ainda maior. A preparação, no entanto, seria mais cuidadosa.

A “Operações Integradas de Ocupações Simultâneas”<sup>35</sup>, como ficou conhecida essa grande ocupação, teve participação de camponeses oriundos de dezoito municípios da região oeste. As fontes orais consultadas divergem no número de famílias presentes na ocupação de Abelardo Luz. Estima-se, todavia, que tenham participado de 1.000 a 1.500 famílias nessa noite<sup>36</sup>.

De acordo com Irma Brunetto, os caminhões que levavam os sem-terra e seus pertences deveriam se encontrar na ponte de acesso às fazendas às cinco horas da manhã. No entanto, como alguns caminhões saíram de regiões mais distantes, um grupo – saído de Xanxerê – chegou por volta das duas horas. Esse grupo, precipitando-se aos demais, resolve ocupar a área e é prontamente repellido pelos arrendatários (também responsáveis pela guarnição do terreno) que trabalhavam no latifúndio.

E aí eles chegaram e começaram a descarregar as coisas. Naquilo chegou os que cuidavam a fazenda, uma camionete com vários em cima, que chamava pistoleiro, mas na verdade eram mais que cuidavam lá. E eles atropelaram, quando viram que o pessoal ia ocupar, que tinha gente chegando, eles atropelaram. E aí esse pessoal foram, e ficaram lá no lugar marcado, que era antes da ponte. Das duas horas até as cinco da manhã ali, os pistoleiros se articularam e disse “vamos tentar impedir que eles entrem”, que daí eles descobriram que a gente realmente ia vir. Então eles ficaram ali do lado da ponte e quando viram chegar caminhão, e caminhão e caminhão, que até as cinco era pra chegar, foi chegando e foi chegando, eles tentaram de uma forma desesperada de impedir que o pessoal entrasse e colocaram fogo na ponte. Derramaram óleo diesel e pnharam fogo pra tentar impedir que o pessoal fosse, né. E aí o pessoal, os que tavam no primeiro caminhão forçaram o motorista, o motorista se assustou, mas você vai, senão deixa pra nós... Aí desceram, pularam do caminhão, pegaram uns galhos de capoeira e tal e apagaram o fogo, né. E aí foi passando, daí os pistoleiros correram. Correram porque era muita gente, tava chegando muita gente. Já tava clareando o dia (Brunetto, 2013).

Presente nessa ocupação, mas em um caminhão que chegaria mais tarde, Olmiro

---

35 Ibidem, p. 108, 109.

36 Irma Brunetto fala em 1.300 famílias; Olmiro Andretta fala numa média de 800 a 1.000 famílias; Luiz Abati estima 1.500. Um livro de formação do MST chega a estimar 5 mil famílias em todo o estado (contando as ocupações do extremo-oeste).



Andretta lembra o episódio:

Se reunimo lá [...] de tarde né, se organizava, daí viemo de noite. Cheguelo aqui seis hora da manhã na ponte. [...] Uma cerração véia que deus o livre. Dos meus companheiro, quatro voltaram na hora. Só fiquei eu. É, só fiquei eu, o resto voltaram no mesmo caminhão. [...] A ponte diz que foi queimada né, mas eu cheguei depois. Só passemos em cima das viga assim só<sup>37</sup>.

A queima da ponte pelos arrendatários da fazenda tornou-se posteriormente um marco simbólico para o MST na região oeste, dando um aspecto dramático para a ocupação. Anos depois, foi feito um monumento em memória desse episódio, localizado à entrada dos assentamentos do município de Abelardo Luz, em frente à referida ponte

Cerca de cinco dias depois de ocupada a fazenda Papuan (localizada imediatamente após a ponte), os camponeses dirigiram-se à fazenda Sandra (hoje Assentamento 25 de maio), localizada a poucos quilômetros da primeira área ocupada. Nessa região de Abelardo Luz, os latifúndios eram controlados por três irmãs as quais tiveram suas terras desapropriadas em 1986.

### Considerações Finais

Para os propósitos deste artigo, nos detemos nos aspectos expostos. O advento da Teologia da Libertação como pensamento crítico-religioso, o trabalho das CEBs como formadores políticos, o papel da CPT como mediador e o surgimento do MST como movimento autônomo dos trabalhadores rurais dá a noção da organização dos sem-terra como um longo processo de constituição<sup>38</sup>.

A memória dos camponeses entrevistados guarda a época da ocupação como um momento de glória, pela resistência nos acampamentos e pelas diversas dificuldades enfrentadas. Nesse sentido, outro aspecto a se destacar é o da complexidade do trabalho

---

37 ANDRETTA, O. Olmiro Andretta: depoimento [27 julho 2013]. Entrevistador: Gustavo Henrique de Siqueira. Abelardo Luz, 2013.

38 STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo (SP): Fundação Perseu Abramo, 1999.



com a memória daqueles que viveram o momento da conquista da terra, pois compreendem o sujeito presente nas contradições para além da opinião da mídia oficial e, conseqüentemente, do senso comum. Era – e em grande medida ainda é – termo corrente tratar dos camponeses sem-terra como “bandidos”, “ladrões de terra”, “desocupados”, etc. O desafio de se trabalhar o MST desde a academia sem opiniões carregadas de preconceitos, por conseguinte, faz-se presente a todo o momento.

A análise do objeto pelo pesquisador deve passar por uma auto-reflexão de seus valores, sentimentos e preconceitos para não cair em julgamentos prematuros que deturpem o sentido da pesquisa<sup>39</sup>. E. P. Thompson também remete ao cuidado que o historiador deve desprender ao pesquisar:

Somente nós, que estamos vivendo agora, podemos dar um “significado” ao passado. Mas esse passado foi sempre, entre outras coisas, o resultado de uma discussão acerca de valores. Ao reconstituir esse processo, ao mostrar como a causação na realidade se efetuou, devemos, à medida que nossa disciplina permita, controlar nossos próprios valores. Uma vez, porém, reconstituída essa história, temos liberdade de oferecer nosso julgamento a propósito dela<sup>40</sup>.

O trabalho do historiador, nesse aspecto, é um constante desafio. Trabalhar com o meio rural implica a busca das origens dos camponeses envolvidos, a compreensão da realidade político-econômica nacional e da herança fundiária desigual acumulada por séculos em território nacional. Assim sendo, para nosso propósito, este é um elemento indispensável: situar a luta dos trabalhadores rurais e compreendê-la no seu devido contexto.

## Referências:

ABATI, L. Luiz Abati: depoimento [28 julho 2013]. Entrevistador: Gustavo Henrique

39 WHITAKER, Dulce C. A.; WHITAKER, V. A.; SOUZA, M. F. Proposta metodológica para pesquisa de campo em assentamentos de Reforma Agrária. In: Retratos de Assentamentos – *Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural* (Nupedor), UNIARA, Araraquara. v. 14, n.1, 2011, p. 22-24.

40 THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*; tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1981, p. 52.



CPT e MST: formação e ocupação no oeste catarinense -Elison Antonio Paim e Gustavo Henrique de Siqueira

de Siqueira. Abelardo Luz, 2013.

ALBERTI, Verena. História Oral. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes históricas. 2. ed. São Paulo (SP): Contexto, 2008.

ANDRETTA, O. Olmiro Andretta: depoimento [27 julho 2013]. Entrevistador: Gustavo Henrique de Siqueira. Abelardo Luz, 2013.

BRUNETTO, I. Irma Brunetto: depoimento [31 julho 2013]. Entrevistador: Gustavo Henrique de Siqueira. Chapecó, 2013.

LOPES, Sérgio. Raízes do Movimento Pró-Criação do “Estado do Iguaçu”. III Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2004. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IIISeminario/artigos/Artigo%2020.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2013.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2004.

PAIM, Elison Antonio. Memória e História na Constituição do Oeste Catarinense. In: *Revista Saeculum*. v. 14. João Pessoa: UFPB, 2006, p.121-138.

PAULILO, M. I. S. *Terra à vista... e ao longe*. Florianópolis: Ed. da UFSC: 1996.

POLI, Odilon. *Leituras em Movimentos Sociais*. 2. ed. Chapecó: Argos, 2008.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo (SP): Fundação Perseu Abramo, 1999.

STRAPAZZON, João Paulo Lajus. *E o verbo se fez terra: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (SC) 1980-1990*. Chapecó: Grifos, 1997.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*; tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1981.



CPT e MST: formação e ocupação no oeste catarinense -Elison Antonio Paim e Gustavo Henrique de Siqueira

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História oral*. 2. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.

WHITAKER, Dulce C. A.; WHITAKER, V. A.; SOUZA, M. F. Proposta metodológica para pesquisa de campo em assentamentos de Reforma Agrária. In: Retratos de Assentamentos – *Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural* (Nupedor), UNIARA, Araraquara. v. 14, n.1, 2011.

---

Recebido em 02 de outubro de 2013

Aceito para publicação em 17 de julho de 2014.

